

22-11-2019

Cadê a Soberania Popular?

Ernesto Jorge Macaringue

[Professor de Geografia - Escola Superior de Hotelaria e Turismo /
Universidade Eduardo Mondlane - Cidade de Inhambane / Moçambique]

Em nome da necessidade de investimentos estrangeiros, as riquezas nacionais, em particular a terra, os minérios, as florestas, e a água, são entregues ao capital estrangeiro, sem nenhum arripio pela vida e dignidade dos sujeitos que vivem no campo. Em Moçambique, a terra é propriedade do Estado. Os cidadãos nacionais e estrangeiros têm o direito de uso e aproveitamento (DUAT). De acordo com os artigos 22, 23 da Lei de Terras, nº 19/97 de 1 de Outubro, os órgãos que concedem o DUAT são: administrador do distrito [nomeado pelo presidente da República], presidente de Município [eleito pelo povo], Governador [de 2020 passa a ser eleito], Ministro que tutela a terra [nomeado pelo presidente da República], Conselho de Ministros. O artigo 24 da mesma lei determina que nas áreas rurais, as comunidades locais, participam na gestão dos recursos naturais; na resolução dos conflitos; no processo de titulação, conforme o estabelecido no nº 3 do artigo 13 da presente Lei; no exercício das competências referidas nas alíneas a) e b) do nº 1 do presente artigo, as comunidades locais utilizam, entre outras, as normas e práticas costumeiras.

Ora, a atuação do governo no que diz respeito à concessão de terra é muito contestada, não apenas pelo fato de ignorar a necessidade de participação das comunidades locais, mas sobretudo por permitir atos que atentam à dignidade humana, que estimulam a vulnerabilidade das mulheres.

Os clamores de reivindicação contra o Programa de Cooperação Triangular entre Japão, Brasil e Moçambique para Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais de Moçambique – ProSAVANA-JBM, dos camponeses filiados ou não à União Nacional de Camponeses e não só, dos membros das Organizações da Sociedade Civil nacionais e estrangeiras testemunham a má conduta dos órgãos do governo. Há uma reivindicação clara dos camponeses moçambicanos. Não querem o modelo de concentração de terra, porque está em contramão do seu modelo de vida e de relação com a natureza. O modelo de agricultura promovido no âmbito dessa iniciativa, além de reduzir o espaço de vida dos camponeses, vai submetê-los à dependência das multinacionais. A crítica que é apontada ao modelo de ocupação do espaço em comunidades locais, isto é, de assentamentos dispersos distorce o sentido e a lógica de territórios campesinos, que defende a autonomia e soberania. O ProSavana-JBM é apenas um exemplo de tantos outros programas de cooperação multilateral e bilateral, que são estratégias do capital internacional, cuja intenção é exercerem a dominação dos povos, controlar a produção e a distribuição de alimentos em todo o mundo.

Os projetos de investimentos privados nacionais e estrangeiros, por exemplo, os de extração de minérios, a Vale Brasileira que explora o carvão de Tete, a Montepuez Ruby Mining, um consórcio que envolve empresas moçambicanas e estrangeiras e, uma delas é [Gemfields](#), uma empresa Britânica, sinalizam o surgimento de novos modelos de colonização e de dominação dos povos.

Quando se usa instituições do Estado, tais como a polícia para maltratar camponeses, quando esses participam a partir do garimpo, na extração dos minérios, sob pretexto de que o garimpo é ilegal, fica claro que o está em jogo é negar que a mineração faça parte da economia camponesa. Quando a polícia impede a realização de manifestações, de repúdio à onda de expropriação das suas terras, essa prática demonstra o distanciamento das instituições do Estado dos interesses do povo. O comportamento dos órgãos do Estado, quanto a nós abre feridas que já iam cicatrizando volvidos 44 anos de independência.

As instituições do governo, ao não observarem escrupulosamente o que está fixado no artigo 24 da Lei de Terra, exclui o povo de exercer a sua própria autodeterminação, e o pior ainda, é que, há uma negação do movimento de libertação que povo moçambicano vem travando desde que invadido pelo capital.

Se ontem era um branco europeu que exercia a dominação dos povos, com a conquista da independência, surgiu um novo homem, na sua diversidade racial, sociolinguística e religiosa que vem oprimindo, abusando do poder que ostenta, para negar o movimento emancipatório.

É interessante, o esforço de si negar as formas de poder local. Faz-se tudo para se ignorar os poderes existentes nas comunidades locais, que na nossa opinião seriam elos de ligação com os poderes instituídos pela ordem mundial.

O não reconhecimento de outras formas do poder locais, como também, o abuso do poder, as expropriações de terra por espoliação são os verdadeiros esteios de um ambiente de tensões políticas e sociais instaladas em todo o país.

Esse ambiente é muito bem aproveitado pelos centros do poder mundial. Encontram espaço para comercializar armas, para saquear nossas riquezas.

A entrada de capital estrangeiro, a partir de coligações com os dirigentes, não favorece o fortalecimento das comunidades locais, pelo contrário, estimula a destruição dos territórios, promove uma economia de produção de matérias-primas para exportação, isto é, economia de dependência total.

Os territórios que produzem minérios, madeiras, nas áreas onde se pratica o turismo de safaris, de aventura, não estão conectados com o seu entorno, mas com os locais que absorvem as matérias-primas, que emitem turistas.

Daí a seguinte pergunta, cadê a soberania popular?

A soberania foi o que mobilizou o povo para expulsar os colonialistas. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.